



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
PROCESSO SELETIVO 02/2008
NÍVEL SUPERIOR

Aplicação: 27/7/2008

Cargo 7:

ANALISTA TÉCNICO – UASJUR
Direito

Caderno H

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno H — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém SETENTA itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 70, seguidos de um estudo de caso acompanhado de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Quando não se pode prestar auxílio, é melhor calar.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em comunicado.
- 7 O tempo de prova (prova objetiva e estudo de caso) é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo do estudo de caso para a folha de texto definitivo.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de prova.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (datas prováveis)

- I **29/7/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **30 e 31/7/2008** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **18/8/2008** – Resultados final da prova objetiva e provisório do estudo de caso: Internet.
- IV **19 e 20/8/2008** – Recursos (estudo de caso): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- V **15/9/2008** – Resultados finais do estudo de caso e do processo seletivo: Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Comunicado n.º 01 – SEBRAE, de 1.º/6/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/sebrae022008.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 70 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos em informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA

A respeito do direito do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 1 Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade provisória concedida na Constituição Federal aos dirigentes sindicais, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, limitando-se à fiscalização da gestão financeira do sindicato.
- 2 A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador depois da aposentadoria.
- 3 Empresas públicas e sociedades de economia mista não estão sujeitas ao teto remuneratório estabelecido na Constituição Federal.
- 4 Não observando o frentista as recomendações previstas no instrumento coletivo, o dono de posto pode efetuar o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos.
- 5 Constitui salário utilidade a utilização de veículo fornecido pela empresa, em atividades particulares do empregado.
- 6 O fornecimento de cigarros de forma regular por parte do empregador aos empregados constitui salário utilidade.
- 7 A contribuição para o FGTS incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, sendo excluídos do cálculo valores referentes às horas extras e adicionais.
- 8 Caso um empregado trabalhe para a empresa X durante o período matutino, como vendedor, e, no período vespertino, desenvolva as funções de estoquista, na empresa Y, pertencente ao mesmo grupo econômico da empresa X, nessa hipótese, não se caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, pois as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico.
- 9 Vigias noturnos não possuem o direito de receber o adicional noturno, já que o salário referente a tais trabalhadores é diferenciado em decorrência da atividade noturna.
- 10 A ausência ao serviço de empregado que compareça, como parte, em processo na justiça do trabalho não pode ser descontada do seu salário.
- 11 Se um empregado for contratado por determinada empresa a título de experiência, por um período de 60 dias, e tiver seu contrato de trabalho antecipadamente rescindido, ou seja, antes do término do prazo previsto no contrato de experiência, nessa hipótese, não será cabível o pagamento do aviso prévio.

A respeito do direito tributário, julgue os itens de 12 a 20.

- 12 Em territórios federais, os impostos estaduais serão devidos à União.
- 13 A União pode instituir empréstimo compulsório, mediante lei ordinária, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidades públicas.

- 14 A contribuição de serviço de iluminação pública é inconstitucional, pois não existe autorização na Constituição Federal para a sua instituição.
- 15 O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é de competência dos municípios.
- 16 A contribuição do SEBRAE é contribuição de intervenção no domínio econômico.
- 17 A criação de imunidade tributária é matéria típica do texto constitucional, enquanto a de isenção é tratada na lei ordinária.
- 18 O ajuste de carga de natureza sazonal, aplicável aos fornecimentos de água, criado para fins de redução de consumo, tem caráter de contraprestação de serviço e não de tributo.
- 19 A instituição dos emolumentos cartorários pelo tribunal de justiça afronta o princípio da reserva legal, pois somente a lei pode criar, majorar ou reduzir os valores das taxas judiciárias.
- 20 Não viola a reserva de lei complementar federal, prevista no art. 161, I, da Constituição Federal, norma estadual que disponha sobre o cálculo do valor agregado, para fins de partilha da arrecadação do ICMS.

No que diz respeito à elaboração de peças judiciais de alta complexidade, julgue os próximos itens.

- 21 Os recursos extraordinário e especial serão recebidos no efeito devolutivo.
- 22 O recurso cabível contra decisão do ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho que negue seguimento ao recurso extraordinário é o agravo de instrumento, no prazo de 8 dias.
- 23 Matérias referentes a fatos e provas não serão analisadas pelos tribunais superiores, quando do julgamento dos recursos especial, extraordinário e de revista.
- 24 O agravo retido independe de preparo.
- 25 Em casos de decisões interlocutórias, já tendo sido interposto o agravo, se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo.

A respeito do acompanhamento de processos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e à Biblioteca Nacional, julgue os itens a seguir.

- 26 Descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos são considerados invenções.
- 27 A patente de invenção vigorará pelo prazo de 10 anos.
- 28 A ação de nulidade de patente deverá ser ajuizada no foro da justiça comum estadual.
- 29 O contrato de licença deverá ser averbado no INPI para que produza efeitos em relação a terceiros.
- 30 A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A respeito de atos administrativos e licitações, julgue os itens a seguir.

- 31** A competência constitui um requisito vinculado de validade do ato administrativo.
- 32** De acordo com a Lei de Licitações, não cabe recurso administrativo no caso de anulação da licitação, mas somente no caso de revogação da licitação.
- 33** A inexigibilidade e a dispensa de licitação diferenciam-se por esta última se dar diante da inviabilidade de competição.

A respeito dos contratos administrativos, julgue o item abaixo.

- 34** A categoria dos contratos administrativos é gênero do qual o convênio é espécie, porém com características peculiares.

No que concerne aos bens e servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 35** A autorização de uso de bem público é ato que depende de prévia licitação e atribui ao particular a faculdade de usar o bem por período determinado e mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos.
- 36** Constituem bens da União as terras devolutas de todo o território brasileiro.
- 37** De acordo com a Constituição Federal, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos do Poder Executivo.

Quanto à administração descentralizada, julgue os itens que se seguem.

- 38** A personalidade jurídica da sociedade de economia mista nasce concomitantemente à edição da lei que autoriza a sua criação.
- 39** Apesar de constituírem pessoas jurídicas de direito público interno, as autarquias estão sujeitas ao controle do ente estatal a que pertencem.
- 40** As organizações sociais são entes da administração pública indireta.

Julgue os itens subseqüentes, acerca de recursos no processo civil.

- 41** Enquanto a apelação constitui um recurso de fundamentação livre, os embargos de declaração e de divergência são recursos de fundamentação vinculada.
- 42** Quando o relator, no tribunal, monocraticamente, atribuir efeito suspensivo ao agravo de instrumento, caberá agravo ao órgão colegiado competente para conhecer do recurso.
- 43** Será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o recurso ordinário interposto contra decisão concessiva ou denegatória da ordem em mandado de segurança julgado em única instância no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Quanto à prescrição, julgue o item a seguir.

- 44** A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá quando for feita sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

No tocante a obrigações e contratos, julgue os itens subseqüentes.

- 45** A obrigação de dar coisa certa, em regra, abrange as respectivas pertenças.
- 46** O ato praticado por quem não tenha mandato, ou o tenha mas sem poderes suficientes, é ineficaz em relação àquele em cujo nome foi praticado, salvo se este o ratificar.
- 47** Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bem móvel ao consignatário, que fica autorizado a vendê-lo, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo ajustado, restituir-lhe a coisa consignada.

A respeito do matrimônio, julgue o item abaixo.

- 48** Em regra, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis, nem prestar fiança ou aval.

Acerca de procedimentos especiais, julgue os itens seguintes.

- 49** A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel ou imóvel.
- 50** A ação de depósito, prevista no Código de Processo Civil, tem por fim se proceder ao depósito judicial de coisa a que o credor se nega receber.

Acerca da interpretação dos negócios jurídicos e dos contratos, julgue os seguintes itens.

- 51** Quando houver, no contrato de adesão, cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- 52** Na declaração de vontade, atender-se-á mais à intenção nela consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- 53** A proposta de contrato deixa de ser obrigatória se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

Julgue os próximos itens, acerca de contratos.

- 54** No contrato de compra e venda, salvo cláusula em contrário, as despesas de escritura, registro e tradição ficarão a cargo do comprador.
- 55** No contrato de seguro, se ocorrer o sinistro, terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, desde que proceda à sua purgação.
- 56** De acordo com o Código Civil, nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, podendo as partes, entretanto, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir tal responsabilidade.
- 57** Os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória.
- 58** No contrato de uma sociedade limitada, todas as quotas devem ter igual valor.

Acerca do lugar das obrigações, julgue o item que se segue.

59 Em regra, as obrigações são portáteis, ou seja, considera-se lugar do pagamento o domicílio do devedor.


Julgue o item abaixo, a respeito da aquisição da propriedade.

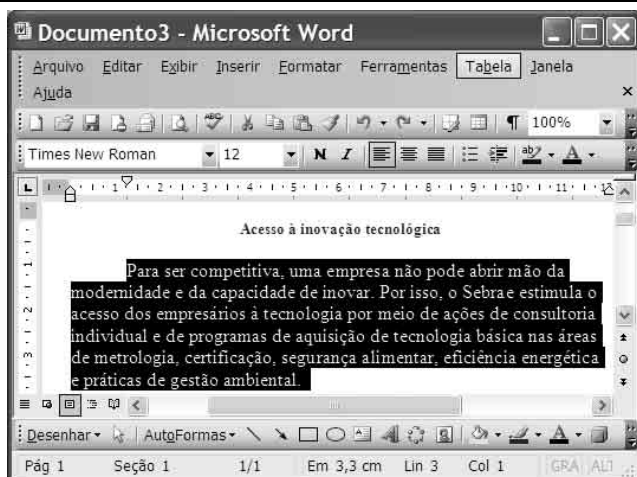
60 A avulsão constitui um meio de aquisição da propriedade imobiliária.




Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 6, contendo uma página do SEBRAE na Internet, julgue os próximos itens, acerca desse *software* e de conceitos da Internet.

61 No endereço www.sebrae.com.br, o trecho *br* indica que se trata de um sítio de organização governamental do Brasil.

62 Para se gravar uma cópia da página no computador, é suficiente selecionar a ferramenta , definir a pasta onde se deseja gravar a cópia e clicar OK.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Word 2003 contendo um texto em edição, no qual o parágrafo iniciado em “Para” está selecionado, julgue os itens de 63 a 65.


63 Ao se clicar a ferramenta , o parágrafo selecionado será deslocado para a direita.


64 A opção Converter do *menu* **Tabela** permite transformar o texto em tabela.


65 Se o usuário clicar a opção Controlar alterações do *menu* **Ferramentas**, as alterações do texto que forem feitas em seguida serão identificadas.




Considerando a figura acima, que mostra uma janela do Excel 2003 com uma planilha em edição, julgue os itens subsequentes.

66 Para se mesclar e centralizar o título da planilha, é suficiente clicar a ferramenta .

67 Ao se clicar a célula A6 e se clicar , será aberta a janela denominada Fonte, que permite alterar a fonte atual para a fonte Courier.

68 A ferramenta  permite excluir da planilha valores não-desejados.

69 Caso os itens constantes das células de A3 a A6 não estivessem em ordem alfabética, seria possível ordená-los dessa forma mediante o seguinte procedimento: selecionar as referidas células; clicar a ferramenta .

70 Ao se clicar o *menu* **Inserir**, será exibida uma lista de opções, entre as quais a opção Colar, que permite colocar o conteúdo da área de transferência no ponto de inserção.

ESTUDO DE CASO

- No estudo de caso a seguir, que vale **trinta** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DO ESTUDO DE CASO**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A Santo Antônio Pizzaria Ltda. desenvolvia, há aproximadamente dois anos, suas atividades na área de alimentos, sem, contudo, obter o sucesso almejado pelos seus sócios. Objetivando incrementar os negócios, a sociedade adquiriu cinco motocicletas e implementou um serviço de entrega de *pizzas* em domicílio. O faturamento aumentou, mas ainda não correspondeu à meta traçada pelos sócios.

Diante desse quadro, a sociedade alienou seu estabelecimento para João Evangelista, que iria desenvolver a atividade sob a forma de empresário individual. As partes fixaram o preço e firmaram o contrato de trespasse do estabelecimento, sem, no entanto, terem sido inventariados os respectivos bens.

Na data da entrega do estabelecimento, João percebeu que a sociedade não incluía as cinco motocicletas. Ao serem procurados, os administradores da Santo Antônio Pizzaria Ltda. negaram-se a entregar as motocicletas, sob o argumento de que elas seriam pertenças e, assim, não estavam abrangidas no estabelecimento.

Tendo em vista essa situação hipotética, redija um texto dissertativo, esclarecendo fundamentadamente se as motocicletas devem ou não ser entregues a João Evangelista. Em sua resposta, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ regra das pertenças e suas exceções;
- ▶ natureza do estabelecimento.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |